

(Cenpec, São Paulo, SP)

Este número especial da *Cadernos Cenpec* é dedicado a compartilhar artigos produzidos a partir da pesquisa “Currículos para os anos finais do ensino fundamental: concepções, modos de implantação e usos”, desenvolvida entre 2014 e 2015 pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e financiada pela Fundação Victor Civita (FVC) com o objetivo de descrever e analisar políticas curriculares para os anos finais do ensino fundamental. Para tanto, empreendeu um amplo levantamento dos documentos curriculares de 22 estados e do Distrito Federal, buscando apreender características gerais de um processo constatado de renovação dos documentos no país; analisou em profundidade uma amostra de 16 documentos¹ em temas relevantes no debate curricular e de seis documentos² em diversas disciplinas, além de estudar os casos de implantação da política curricular de três estados³. O relatório completo da pesquisa está publicado no site do Cenpec e, dada a riqueza dos dados coletados, decidiu-se pela elaboração deste número especial, no qual podemos dar mais visibilidade a alguns dos temas tratados.

“Renovação dos documentos curriculares do ensino fundamental II nos estados brasileiros” é o título do primeiro artigo, de Antônio Augusto Gomes Batista, Elba Siqueira de Sá Barretto, Joana Buarque de Gusmão e Vanda Mendes Ribeiro. Os autores examinaram o processo de reformulação dos documentos curriculares no Brasil a partir da publicação de um levantamento dos documentos pelo MEC, em 2009 e de resultados da pesquisa realizada entre 2014 e 2015. Esse estudo comparativo atestou um forte movimento de

¹ Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Sergipe.

² Acre, Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e São Paulo.

³ Acre, Pernambuco e São Paulo.

renovação, contribuindo para a categorização de modelos de organização curricular que apontam para uma tendência de maior detalhamento e especificação de conteúdos.

Rosário S. Genta Lugli, Hivy Damásio Mello, Pâmela Felix Freitas e Luiz Carlos Novaes assinam o artigo seguinte, “Documentos curriculares de ensino fundamental II: uma análise balizada por temas do debate curricular do país”. São analisados os documentos curriculares dos anos finais do ensino fundamental de 16 estados brasileiros. Articulação entre conteúdos universais e locais, abordagem da questão da diversidade, relações dos documentos com as avaliações externas e tratamento dado às especificidades deste segmento são os temas que guiam a análise.

Maria José Nóbrega, em “Ensinar e aprender Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental” traça uma leitura dos documentos curriculares de Língua Portuguesa de seis estados. A autora enfoca os fundamentos teóricos que os sustentam, o tratamento dado aos gêneros textuais e às práticas de linguagem (oralidade, leitura, produção de textos e análise linguística).

As concepções de formação docente e o papel do professor de Ciências presente nos documentos curriculares são os objetos do artigo de Maria Nizete de Azevedo e Leonardo André Testoni em “Formação e papel do professor de Ciências na construção curricular: a visão dos documentos oficiais”. A análise, baseada em Canavarro e Ponte (2005) e Sacristán (1991), procurou identificar qual é o papel do professor diante dos documentos curriculares de seis estados. Concluiu-se que predomina uma visão do professor como mediador curricular, com uma atuação menos reflexiva/crítica e uma representação da docência como práxis.

Os currículos de Educação Física de seis estados são objetos de análise de Marcos Neira em “Análises dos currículos estaduais de Educação Física: inconsistências e incoerências percebidas”. O trabalho, pautado com base na teorização curricular da disciplina, indica que parte dos estados tem uma abordagem próxima das tendências tradicionais do currículo e outra adota um posicionamento mais crítico. O autor ainda chama a atenção para inconsistências e incoerências teórico-metodológicas presentes nos documentos.

Em “Ensino de História nos anos finais do ensino fundamental: análise documental de seis estados brasileiros”, Silmar Leila dos Santos delinea as principais características do ensino dessa disciplina nos documentos curriculares de seis estados. O estudo revela que a maior parte dos documentos

apresenta processos didáticos para o ensino da disciplina e que seus fundamentos teóricos estão afinados com os debates contemporâneos sobre o estudo da História.

Em “A avaliação de ensino-aprendizagem e as políticas públicas estaduais: uma revisão teórico-prática”, Sueli Salles Fidalgo discute a relação entre as propostas de avaliação da disciplina de Inglês a partir da análise dos documentos curriculares de seis estados brasileiros e os objetos de ensino-aprendizagem declarados. A análise apontou certo descompasso entre a proposta de avaliação e as linhas teóricas adotadas nos documentos.

Boa leitura!

Joana Buarque de Gusmão